



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

CURSO DE HISTÓRIA

**AS NOVAS (DES)ORDENS FAMILIARES E AS
IDENTIDADES FEMININAS EM MUTAÇÃO**

DANIELA PEREIRA DA SILVA

Campina Grande – PB

2008

DANIELA PEREIRA DA SILVA

**AS NOVAS (DES)ORDENS FAMILIARES E AS
IDENTIDADES FEMININAS EM MUTAÇÃO**

Monografia apresentada em: 03/10/2008.

BANCA EXAMINADORA:

**Prof^ª. Silêde Leila Cavalcante
(Orientadora)**

**Prof^ª. Regina Coelli Gomes Nascimento
(Examinadora)**

**Prof. Alarcon Agra do Ó
(Examinador)**



Biblioteca Setorial do CDSA. Março de 2024.

Sumé - PB

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas foram de suma importância para a realização deste trabalho, agradeço em primeiro lugar a minha mãe, que nunca deixou que eu desistisse e sempre me auxiliou, assim também minha irmã Jacqueline e todos da minha família.

Ao meu marido, que de início não me dava muito apoio, mas no final deste me ajudou de todas as formas possíveis. Meus sinceros agradecimentos.

Não poderia deixar de lado minha orientadora Silede Leila, que esteve comigo desde o início deste curso, e agora se faz mais presente ainda, orientando-me da melhor forma possível neste trabalho monográfico.

RESUMO

As mudanças e transformações que percebemos na contemporaneidade são sentidas em várias esferas, inclusive na família e no casamento. A família contemporânea apresenta hoje vários modelos, embora a nuclear seja ainda muito presente, outros modelos são perceptíveis, seja a mãe com o(s) filho(s), avós que criam netos, enfim, diversas composições que se tornam cada vez mais visíveis e fonte importantíssima para pesquisas e entrevistas em vários ramos de estudo. Para alguns estudiosos, como Sarti (2002), a família tradicional foi “abalada” pelas mudanças contemporâneas. Para outros, como Singly (2007), ela apenas está passando por transformações, incluindo o comportamento dos vários componentes desta e suas relações. Pesquisas realizadas pelo Jornal Folha de São Paulo (1998, 2007) mostram as várias mudanças na família contemporânea, alguns aspectos interessantes como os vários modelos de família existente no Brasil e a grande importância dada à família, principalmente em 2007, mais do que em 1998. O casamento que antes era um pré-requisito para formar uma família, hoje não é mais, embora a maioria do que vemos é a ordem casamento-família, muitas pessoas estão optando pelas chamadas uniões livres, sem ter de passar pela burocracia dos papéis do casamento no civil ou no religioso. Um dado interessante das pesquisas é que o casamento é mais desejado entre os homens do que entre as mulheres, embora seja uma diferença sutil. A fidelidade é colocada como requisito principal para um bom marido e uma boa esposa, acompanhada de requisitos interessantes, como ser bom companheiro, amar a(o) esposo(a), enfim, são pré-requisito bem diferentes dos de algumas décadas atrás, quando ser um boa esposa era ser boa dona-de-casa, saber realizar as tarefas domésticas e ser boa mãe, e ser bom marido era ser um provedor e ter uma certa moralidade com os filhos. Percebe-se que os sentimentos ganham grande importância nas relações. Se a fidelidade é o principal pré-requisito, a infidelidade torna-se um dos requisitos mais intoleráveis no casamento, seguido da falta de companheirismo e amor entre os cônjuges. As mudanças ocorridas com as mulheres tornam-se um fator de suma importância neste contexto de transformações na família e no casamento. A partir do momento em que a mulher sai de casa para trabalhar fora, muita coisa modifica-se, agora ela vai contribuir com as despesas da casa, vai colocar um pouco de lado os filhos, a casa e suas tarefas domésticas, embora isto não inclua todas as mulheres. Quem não conhece ou é uma delas? Lipovetsky (2000) mostra-nos que, a partir do século XIX, o comportamento feminino começa a modificar-se. Num primeiro momento, a mulher é vista como “depreciada”, vive para o lar, é excluída das esferas prestigiosas dominadas pelos homens e ela só tem valor em casa. Num segundo momento, ela é enaltecida como a figura de mãe, fixando-a assim ao interior de sua casa. E a partir do século XIX a mulher é vista como indeterminada, chamada pelo autor como a pós-mulher no lar, ela vai fazer seu destino, estudar, trabalhar fora ou dentro do lar. Na relação conjugal ou nas uniões livres, o casal trabalha junto, divide tarefas e despesas, embora não sejam todos casos iguais. Segundo as pesquisas do Datafolha (1998, 2007), a mãe é a figura mais importante na família, a maioria das pessoas entrevistadas disse ter um relacionamento ótimo ou bom com a mãe, melhor do que qualquer outro componente familiar. E o seu início numa carreira profissional causa grande impacto no casamento e na família.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1. NOVAS (DES)ORDENS FAMILIARES E MATRIMONIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	07
1.1. A família contemporânea: um bem em extinção ou em reformulação?	10
1.2. As novas configurações matrimoniais: casando, descasando e recasando	18
2. EM CENA A TERCEIRA MULHER: DEPRECIADA, ENALTECIDA OU INDETERMINADA?	25
2.1. Mulher, trabalho e família na contemporaneidade	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho acadêmico é discutir as várias mudanças que ocorreram e vem ocorrendo com a família contemporânea, dentre elas os vários modelos de família que percebemos na sociedade, a importância que é dada aos componentes desta família e a forma de criação diferenciada dos filhos são questões destacadas. Outra questão é o casamento e sua desvalorização neste novo contexto por alguns brasileiros e por fim analisaremos os papéis que a mulher assume na família contemporânea.

Num primeiro momento na escolha do tema iria analisar e discutir sobre a família tradicional e a família contemporânea suas diferenças e permanências, mas ao começar as leituras deparei-me com uma enorme gama de informações e questões significativas sobre a família contemporânea, percebi que ao discutir este tema, não tinha como excluir o casamento, que era ou foi como principal pré-requisito para se ter uma família, hoje isso já é diferente e das mudanças no comportamento da mulher, que transformou tantos aspectos da família contemporânea, decide por falar só da família contemporânea. E este tema é de suma importância para minha vida acadêmica, pois é apenas o início de uma pesquisa de campo que pretendo realizar na cidade de Queimadas, na Paraíba, na qual moro atualmente percebo nela uma mistura de tradicionalismo e contemporaneidade que analisados resultarão numa excelente pesquisa.

Farei um diálogo com alguns teóricos que estudam o tema, como: Jeni Vaitsman, Lipovetsky, Cintia A. Sarti, Rodinesco entre outros, estes teóricos são de grande importância para a realização deste trabalho, pois fazem estudos interessantes sobre a família e o casamento e a importância das mudanças ocorridas com o feminino para a transformação do grupo familiar. Utilizarei pesquisa realizada pelo jornal Folha de São Paulo, recortando questões consideradas mais significativas sobre a família contemporânea, o casamento e os papéis assumidos pela mulher neste contexto.

Esta pesquisa foi de grande utilidade, pois foi feita aqui no Brasil, a primeira em 1998 e a segunda, mais recente, em 2008, trazendo questões importantes para analisarmos. Detive-me com relação aos vários modelos de família detectados na

pesquisa, a importância dada a cada componente desta família e a própria família contemporânea.

No primeiro capítulo analisaremos através dos estudos e da Pesquisa Datafolha as mudanças que atingiram a família contemporânea e o surgimento de vários modelos de família originados destas mudanças, as quais são de composições bem diferentes seja uma mãe solteira e o filho, o pai e filho, avós e netos e outras composições que vão ganhando espaço na sociedade contemporânea, analisaremos também como os pais agem de forma diferente na criação dos filhos e filhas em várias situações. O casamento também tem espaço especial neste capítulo, pois assim como a família contemporânea ele também passou e passa por grandes transformações, de uma união estável e fixa o casamento passou a ser uma união instável e flexível, devido a grande individualização das pessoas, que pensam mais no seu bem estar emocional para poder continuar com um parceiro. Neste contexto citaremos alguns pré-requisitos considerados pelos entrevistados como imprescindíveis para ser uma boa esposa ou bom marido e as atitudes que podem destruir ou manter um casamento.

No segundo capítulo abordaremos como as mudanças no comportamento da mulher influenciaram a composição da família contemporânea, evidenciando que mesmo com tantas mudanças a mulher não perdeu a importância como mãe. Discutir o fato dos preconceitos existentes com relação as mulheres quando o assunto é mercado de trabalho e vida doméstica, o que percebemos é que ainda existe uma grande resistência da sociedade e preconceito por parte dela e das próprias mulheres. E através da Pesquisa Datafolha analisaremos a aceitação do casamento entre os brasileiros, os requisitos positivos e negativos de um marido ou esposa, mostrar como a mulher não perdeu sua importância como mãe neste contexto, expor também que ainda existe um tradicionalismo com relação ao comportamento da mulher no âmbito familiar e do trabalho.

1

NOVAS (DES)ORDENS FAMILIARES E MATRIMONIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

“Acontece que a família não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, e as mudanças atingem de modo diverso cada uma destas relações e cada uma das partes da relação” (CINTIA A. SARTI).

A contemporaneidade traz mudanças em várias esferas dentre elas uma que nos chama muita atenção é a família que vem sempre se transformando. Verificam-se modelos que tem vários elementos e papéis cada vez mais indefinidos articulados as transformações na sociedade, na cultura, na economia que vão modificando esta instituição, a qual grande número de pessoas fazem parte. Aqui trataremos de várias questões que envolvem a família contemporânea como o casamento, os seus vários modelos na atualidade e a relação entre os componentes desta, fazendo um diálogo entre os estudos realizados por alguns autores entre eles: François de Singly (sociólogo), Cyntia A. Sarti (antropóloga), Alda Brito da Mota (socióloga), Gilles Lipovetsky (filósofo), Jeni Vaitsman (sociólogo) e outros estudiosos do tema com pesquisas realizadas aqui no Brasil no ano de 1998 e a mais recente 2007 pelo jornal Folha de São Paulo, órgão que tem compromisso com a seriedade e legitimidade de suas pesquisas.

A respeito do conceito de família Roberto Maurício¹ numa leitura mais jurista, diz: “A família, sujeito social, constitui-se de um grupo de pessoas, no entender de jurista português, “ligadas entre si pelos vínculos do casamento, parentesco ou afinidade”, hoje com uma proteção constitucional bem ampla”².

¹ Bacharel em Direito, professor de Direito Processual Penal na Faculdade de Direito, na PUC-SP, e chefe do Departamento de Direito Penal da mesma universidade.

² *A contemporânea em debate*, org. Maria do Carmo Brant de Carvalho.

Maurício fala na união de pessoas não apenas pelo casamento, mas também pelos vínculos de parentesco e de afinidade, ou seja, na contemporaneidade não é mais necessário ter uma união oficializada para ter o amparo das leis. As constituições brasileiras sempre colocaram sob o manto de sua proteção a família denominada *legítima*, em 1934 com a presença da resistência do catolicismo em relação a indissolubilidade do vínculo conjugal, no artigo 175 diz “A família é constituída pelo casamento indissolúvel sob proteção especial do Estado”, as constituições de 1946, 1967 e 1969 também seguiam, segundo Roberto Maurício, a mesma premissa de valorização do casamento indissolúvel como principal elemento construtor da família. Neste período, o Código Civil desconheceu completamente a família natural, a união de fato, reconhecida, apenas, pela jurisprudência dos tribunais. No seu artigo 380, dispunha que “o pátrio poder é exercido pelo marido, com a colaboração da “mulher”.”, cabendo ao marido ainda:

- a) a chefia da sociedade conjugal;
- b) o direito de fixar o domicílio da família;
- c) o direito de administrar os bens do casal;
- d) o direito de decidir, em caso de divergência.

É outorgada uma grande importância ao homem no âmbito familiar pela jurisdição, seja para chefiar sua casa, tomar as decisões importantes ou administrar os bens relacionados á família, ele é soberano em várias situações da família, seu papel é primordial para a organização da família. E a mulher sua colaboradora, a qual segundo a lei não deveria ter voz ativa em qualquer momento da vida familiar, mas devemos saber que isso não era bem assim e na maioria das vezes elas tinham grande participação nas decisões com relação aos bens e organização da família, só que esse fato era muito encoberto pela sociedade, que tinha no homem a imagem do *soberano*, que não poderia ser acabada.

A constituição de 1998 lutou contra estes quadros de discriminação, desde seu título “Da família da criança e do adolescente e do idoso”, conseguiu sem dúvida ampliar o conceito de família, reconhecendo a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, suprimindo a expressão “constituída pelo casamento”. Com

isso as mulheres que não tinham o casamento, apenas a união livre, perdiam alguns diretos, como guarda dos filhos e direitos previdenciários. O reconhecimento da união estável sofreu críticas por conservadores juristas que não entendiam ou aceitavam a família quando sem prole ou quando fruto da união livre, segundo eles isso era inadmissível formando as uniões livres. Toda essa discussão para mostrar que as transformações ocorridas na família e no casamento foram sentidas e acompanhadas também pelas leis que, assim como a família também teve que mudar para abarcar as transformações ocorridas na família contemporânea.

Para Roberto Maurício, a constituição de 1998, representa um marco na evolução do conceito de família, corporificando o conceito de Levy Brul, hoje bastante atual: “o traço dominante da evolução da família é a sua tendência a se tornar um grupo cada vez menos organizado e hierarquizado e que cada vez se funda na afeição mútua”. Agora os direitos e deveres referentes a sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher, a mulher até então vinha sendo marginalizada pelo nosso sistema jurídico, considerada relativamente incapaz, hoje goza de uma igualdade com relação aos diretos e deveres principalmente quando se trata da família, que durante tempos vem se modificando.

Elizabeth Rodinesco³ traz uma definição interessante sobre a evolução da família em três grandes períodos: o da família dita *tradicional*, a qual tem a principal função de assegurar a transmissão de um patrimônio. Os casamentos arranjados sem levar em consideração a afetividade entre os futuros esposos, geralmente bem novos e uma família inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal; o da família dita *moderna* ela torna-se o receptáculo de uma lógica afetiva cujo modelo se impõe entre o final do século XVII e meados do século XX. Fundada no amor romântico, ela sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carniais por intermédio do casamento, valoriza a divisão do trabalho entre os esposos, faz do filho um sujeito cuja educação sua nação é encarregada de assegurar autoridade, divisão incessante entre os pais e o estado de um lado, a dos pais e mães, do outro, a partir de 1960 a família dita *contemporânea* ou *pós-moderna* – com dois indivíduos em busca de relações íntimas ou relação sexual é a predominante, a transmissão da autoridade vai se tornando cada vez mais problemática, segundo Rodinesco, á medida que divórcios, separações e

³ *A família em desordem*. 2003, Editora Jorge Zahar.

recomposições conjugais aumentam a figura do pai que outrora era relacionado a idéia de autoridade vai perdendo aos poucos sua força e para a autora isso é uma das principais características da desordem que esta atingindo a família contemporânea.

1.1. A família contemporânea: um bem em extinção ou em reformulação?

Vale salientar que entendemos que cada período deste não teve como única formação de família as citadas por Rodinesco, o que ocorre é que estas foram as predominantes de cada período, junto a elas coexistiram outras formações familiares assim como percebemos na contemporaneidade, na qual como veremos mais adiante coexistem vários modelos de família o que é de questão especial neste capítulo.

A família contemporânea é trabalhada por vários estudiosos que evidenciam as várias mudanças que interferiram significadamente no modelo da família tradicional. Dentre eles, Cyntia Sarti⁴ aponta a Revolução Industrial como um marco das mudanças ocorridas com a família tradicional, pois com as evoluções tecnológicas trazidas por ela seus fundamentos foram modificados e vem se modificando. Outra importante mudança foi o trabalho remunerado da mulher, que provocou grandes transformações na família. Os avanços nas tecnologias reprodutivas, ou seja, a autonomia das mulheres com respeito à maternidade, o uso de contraceptivos, a fertilização in-vitro, todos estes elementos dão novo rumo a constituição da família. Agora a mulher decide se quer ou não ter filhos e quando quer tê-los. Esta mudança no comportamento da mulher será analisada no próximo capítulo.

Outra mudança que causou transformações na família tradicional, segundo Cyntia Sarti⁵, foi o teste de DNA, o qual modificou significativamente a atitude dos homens em relação a paternidade, agora existe uma certa preocupação com relação a ter filhos, pois a justiça da todo um apoio as mães com filhos de pais que não querem assumir, estes são punidos judicialmente para assumirem a paternidade, a qual antes

⁴ Antropóloga Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e professora do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina.

⁵ Livro *Família, laços e famílias públicas*. Texto: *Famílias enrendadas*.

poderia ser negada ou afirmada pela mãe que queria ter “o pai” para seu filho. Ainda no plano jurídico a luta a favor das crianças e dos adolescentes muda totalmente a conduta dos pais com relação a seus filhos, verificamos todo um aparato do Estado com relação às famílias, a elaboração de uma legislação para a família dentre na Constituição Federal de 1998 já citada, que se refere a família, podemos enfatizar: “1.a quebra da chefia conjugal masculina, tornando sociedade conjugal compartilhada em direitos e deveres pelo homem e pela mulher; 2 o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, que os define como “sujeitos de direitos” (C. S. p. 24), toca em dois pontos importantíssimos na estrutura desta família, onde antes o homem tinha um papel de superioridade em relação a mulher e agora ele é igualitário e com relação aos direitos das crianças do casamento e fora dele são iguais também fazendo com que se fortaleça a responsabilidade com relação a paternidade, como colocado por Roberto Mauricio.

Aqui percebemos o quanto o Estado invade nossa privacidade através de leis, as quais limitam nossas ações e muitas vezes fazemos sem prestar atenção nessa invasão, a uma enorme quantidade de leis e normas que ditam nosso comportamento frente à família que às vezes passa despercebida, como é o caso citado acima. Elisabeth Dória⁶ nos chama a atenção para o seguinte fato:

O crescimento das profissões assistenciais, educacionais e de saúde que termina por tirar dos pais e da família qualquer autoridade na reprodução. Os pais abdicam de seus juízos e emoções em prol do conhecimento técnico dos especialistas. A autoridade se impõe de fora para dentro e os efeitos são vários, tanto do ponto de vista sociológico quanto psicanalítico. (E. D. p. 31).

A família contemporânea vive um paradoxo de ser, ao mesmo tempo, privada e pública, pois ao nos recolher aos nossos lares estamos sendo cada vez mais vigiados pelo Estado, que penetra nas famílias em forma de leis e programas assistenciais.

A família contemporânea vem se transformando e seus códigos mudando também, são várias as esferas que estão neste processo a exemplo do casamento, da criação dos filhos, das separações, do exercício da sexualidade, chefias, composição do orçamento doméstico, solidariedade e responsabilidades intergeracionais, tudo está mudado é o que afirma Alda Brito da Mota, apontando a ampliação da família com

⁶ *A família contemporânea em debate, texto Família algumas inquietações.*

relação a laços de parentesco, embora persista como um modelo nuclear fixado nas representações da figura do pai, da mulher e dos filhos, surgiu novos elementos para esta família que vem se ampliando, como é o caso da figura do “padrasto” ou “madrasta” de quem tem ainda seus pais legítimos vivos, avós de meios-irmãos enfim são outros elementos que passam a fazer parte da família contemporânea que passa constantemente por modificações. São composições recentes da família contemporânea que ganham uma ampliação no âmbito familiar.

Aqui pensaremos em algumas questões de pesquisas realizadas pelo jornal Folha de São Paulo, a primeira realizada com 2.038 pessoas em 94% municípios entre 12 e 18 de fevereiro de 1998 e a outra mais recente de 31 de agosto de 2007, a qual ouviu 2095 brasileiros, em 211 municípios, nos dias um e dois de agosto, e a margem de erro máxima é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. Assim teremos uma noção clara de como anda alguns aspectos da família, do casamento e da relação entre pais e filhos. Dentre as várias questões levantadas pelas pesquisas neste capítulo nos deteremos a algumas questões como: os vários modelos e composições de famílias detectados, o comportamento dos pais com relação a filhos e filhas e a importância dada a alguns membros desta família.

A primeira que analisaremos é com relação a composição da família brasileira, nesta se evidencia que as famílias do século XX e XXI não são únicas, mas múltiplas. A fórmula tradicional, de pais e filhos morando na mesma casa, embora ainda seja majoritária, deixou de ser o modelo único, a família é uma instituição multifacetada, que assume organizações diferentes. Organizações que até então eram consideradas “incomuns” envolvem milhões de brasileiros. Tanto na pesquisa de 1998 quanto na de 2007 verificamos várias possibilidades de composição familiar, seja mãe solteira (3,2 milhões, 1998), ou separados ou viúvos com filhos (6,1 milhões, 1998) e solteiros com mais de 40 anos que moram com os pais ainda (2,1 milhões, 1998), são todas composições difícil de se pensar a algum tempo atrás, embora pudessem existir. Em 2007 não foi diferente a diversidade de composições da família brasileira é evidente, a qual aponta que metade de população (49%) com 16 anos ou mais é casada ou mora com alguém como se fosse casada. Solteiros representam 37% desse universo, separados somam 8% e viúvos 6%, ou seja, a maioria das pessoas estão com alguém embora o número de solteiros seja relevante. Com relação a convivência com os filhos o

que prevalece é a presença dos filhos com seus pais morando na mesma casa a maioria dos casais moram com seus filhos 37% , seguido por 32% que moram com filhos de uma relação que mantém, 2% vive com filhos tanto de um relacionamento atual como de outro, mas não tem a companhia dos filhos em casa, 12%.

Como podemos perceber coexistem as mais variadas composições de família, embora aquela composta por mãe, pai e filhos, seja predominante, tem dentre os entrevistados em 2007 casados sem filhos que somam 9,1 milhões ou 9%, os solteiros com filhos 1,7 milhões ou 2%, os solteiros com filhos que moram com os pais 1,6 milhões ou 2% e ainda os separados ou viúvos com filhos que somam 6,1 milhões ou 6%. Isso mostra que cada vez mais aquele modelo tradicional vem se modificando, a composição de uma família pode ser tanto a mãe e o filho, o pai e o filho, os avós e os netos, etc., os componentes são cada vez mais diversificados.

Todas essas são mudanças na composição da família contemporânea, que são perceptíveis na maioria dos lares, Jeni Vaistman⁷ nos chama atenção, assim como outros autores, para a existência desses vários modelos de família todas as transformações que forjaram, segundo ele, a crise do casamento e da família conjugal moderna desafiaram a legitimidade da aceitação exclusiva de um único padrão institucionalizado, segundo o qual todos os outros eram julgados, não existe mais um único modelo de família do qual os outros são julgados de adequado ou não, o que existe é uma heterogeneidade, uma gama de modelos expressa pela diversidade de escolhas encontradas por homens e mulheres contemporâneos.

Essa(s) família(s) contemporânea(s) embora tão plural, flexível heterogênea é desejada pela grande maioria dos brasileiros e a importância dada a ela nos mostra isso, a família em 2007 tem mais importância (69%) do que os estudos (65%), mais importância do que o trabalho (58%), do que a religião (45%), o lazer (32%), o casamento (31%) e o dinheiro (30%). Como podemos perceber essa instituição esta longe de ser desvalorizada, pelo contrário o desejo é cada vez maior de constituir uma família, seja ela de qualquer composição, sua importância é enorme. A família não é uma instituição que está em extinção, mas sim que vem se reformulando a cada mudança da sociedade, que atinge os indivíduos e conseqüentemente a família.

⁷ *Identidades, casamentos e família em circunstâncias pós-modernas*, 1994, Rio de Janeiro.

Cyntia Sarti nos traz a idéia da autoridade dentro desta família contemporânea na qual existe uma divisão complementar de autoridade, que corresponde a diferenciação que fazem entre casa e família. A casa é identificada com a mulher e a família com o homem. Casa e família, como mulher e homem, constituem um par complementar, mas hierárquico. Ela nos mostra uma realidade que ainda não se abalou pelas mudanças contemporâneas, onde em consonância com a precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa o homem é considerado o chefe da família e a mulher chefe da casa.

Assim, se a vulnerabilidade feminina está em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem, o lugar do homem na família, como trabalhador, provedor, torna-o também vulnerável, porque o faz dependente de condições externas cujas determinações não esta no seu controle.

Para algumas mulheres ter que cumprir o papel de provedor do lar não lhe é estranho, visto que algumas já estão acostumadas a trabalhar. Para elas, o problema está em manter a dimensão do “respeito, que é conferida pela presença masculina”. Mas como vamos ver mais adiante pesquisas mostram, que pelo contrário algumas mulheres dizem se sentir até mais respeitadas com esta situação.

Segundo Cintia esse deslocamento de papéis familiares não significa uma nova estrutura, respondendo antes aos princípios estruturais que definem a família entre os pobres, a hierarquia homem/mulher e a diferenciação de gênero, com a divisão de autoridade, que a acompanha. Com relação às relações familiares é sem dúvida a que ocorre entre pais e filhos que estabelece o vínculo mais forte, em que as obrigações atuam de forma mais significativas. A autora coloca que, a instabilidade familiar, embora seja um fator importante, não esgota o significado da circulação de crianças, que pode acontecer mesmo em famílias que não se romperam e isso pode ser interpretado como padrão legítimo de relação com os filhos. Quanto às obrigações morais dos filhos com relação aos pais, os que criam e cuidam são merecedores de profundas retribuições, sendo um sinal de ingratidão o não reconhecimento dessa contrapartida. Cintia diz que, a noção de família define-se, em torno de um eixo moral, suas fronteiras sociológicas são traçadas segundo o princípio da obrigação, que lhe dá fundamento, estruturando relações. Não há relação com parente de sangue se com eles

não for possível dar, receber e retribuir, confiar, enfim, uma relação baseada na confiança entre os que compõem a família.

Nesse contexto de relacionamentos o Datafolha (2007) perguntou aos entrevistados sobre o grau de importância que eles atribuem a ter um relacionamento próximo com parentes e amigos. E a relação de mais importância é a com os pais 78% dos entrevistados colocam esta relação como mais importante o que mostra o valor dado a eles, seguidos da relação com os irmãos (67%), com os avós (57%), com os tios (42%), com os amigos (38%) e com os primos (35%). Percebe-se que a maior importância é dada ao núcleo familiar, ou seja, aos pais e irmãos, os quais embora aconteçam as transformações são sempre valorizados.

Uma questão interessante é com relação ao comportamento dos pais na criação dos filhos e a moralidade que é diferenciada para homens e mulheres. Geralmente para o homem ainda tem algumas questões mais aceitáveis do que para a mulher, os tabus do feminino ainda são presentes na sociedade brasileira é o que mostra a pesquisa de 2007, ao constatar que: a rejeição á idéia de que uma filha durma com o namorado em seu quarto continua sendo maior do que á hipótese de que um filho faça o mesmo, quando os entrevistados foram indagados como reagiriam caso uma filha lhes pedisse para dormir com o namorado no quarto dela 66% disseram que não deixariam de jeito nenhum, e os que deixariam somaram 12%, diferentemente ocorre com relação a um filho querer levar sua namorada para dormir no seu quarto, apenas 55% disseram não deixar. A sexualidade ainda é mais vigiada no caso das mulheres que ainda sofrem com as diferenças que são dadas ao comportamento de homens e mulheres, para eles é sempre mais flexível a sexualidade a mulher ainda está acompanhada de um tradicionalismo sexual e isso é passado de pais para filhos.

Verificamos essa diferença na criação e opiniões com relação aos filhos em outras questões também, como é o caso da sexualidade e a gravidez que são vistas de forma diferenciada entre homens e mulheres, verifica-se ao considerar a hipótese de ter uma filha que ficasse grávida ainda adolescente, 82% a apoiariam para que tivesse o filho em qualquer situação. Dariam seu apoio para que ela levasse a gravidez adiante, mas a obrigariam a casar com o pai da criança, 15%. Apenas 1% dos entrevistados aconselharia um aborto em qualquer situação. Não chegam a 1% os que aconselhariam a

fazer um aborto caso o pai da criança não quisesse assumir o filho, nem os que dariam esse conselho por acharem que ela seria muito nova para ser mãe.

Prestemos atenção neste dado entre os homens a taxa dos que obrigariam a filha adolescente a casar com o pai da criança é de 20%, o dobro da registrada entre as mulheres (10%). É perceptível como é diferente as atitudes tomadas com relação a um filho e uma filha, os homens são mais tradicionalistas do que as mulheres quando o assunto é sexualidade feminina. Se fosse um filho a engravidar uma menina, 71% o apoiariam para que ele tivesse o filho em qualquer situação e 11% o obrigariam a casar. Apoiariam o adolescente a ter o filho, mas sem que ele casasse com a grávida, 14%. Os que aconselhariam um aborto em qualquer situação não chegam a 1%, e o mesmo acontece com os que seriam favoráveis a interrupção da gravidez por achar o rapaz muito novo para ser pai.

Como podemos perceber as atitudes que tomariam com relação aos filhos e filhas em caso de gravidez não muda muito. A maioria apoiaria o filho e o aborto não é uma solução para grande maioria dos brasileiros, é bom saber que mesmo com tantas modificações e avanços na contemporaneidade, a idéia do aborto ainda é uma atitude que muitos não aprovam. A sexualidade e a gravidez são assuntos vistos ainda com muito cuidado pelas famílias contemporâneas na criação dos filhos, embora estejamos passando por uma onda de liberdade sexual, mostrada principalmente pela mídia em novelas e propagandas que tentam dar orientações quanto ao uso de camisinhas e contraceptivos para jovens adolescentes, algumas famílias contemporâneas tem ainda uma atitude conservadora quando o assunto é sexo e gravidez, ou seja, o melhor para a mulher é ter sua primeira relação sexual com alguém que já esteja á algum tempo ou ainda aqueles que prefeririam que ela estivesse casada.

Em meio a tantas características desta família contemporânea aqui analisadas recorreremos a François de Singly⁸ que nos traz um retrato desta família contemporânea, fazendo um resumo de várias características que aqui acabamos de analisar, são elas: a família contemporânea é relacional. Assim, afirmar que a família nuclear sempre existiu não significa dizer, que os indivíduos preencham funções iguais em todas elas, ou que as relações entre seus membros sejam iguais, todas podem ser diferentes. A família é

⁸ Sociologia da família contemporânea, 1ª edição, 2007. Editora FGV.

relacional porque cada um se interessa mais consigo mesmo, portanto existe uma relação entre cada família e tanto homens quanto mulheres estão cada vez menos desinteressadas com a fixação de fronteiras.

Outra característica da família contemporânea é o paradoxo de ser ao mesmo tempo, cada vez mais “privado” e cada vez mais “público”, o fato de recolher-se ao ambiente doméstico, a conquista da autonomia familiar e o charme da intimidade tem um lado que está mascarado: o controle dessa vida privada pelo Estado, que é constatada através das preocupações sanitárias e educativas que servem para legitimar esse olhar sobre a conduta dos pais com relação a seus filhos e na relação entre os conjugues.

O individualismo é um ponto importantíssimo nesta análise, pois é esta é a principal característica que faz as pessoas mudar seu modo de conceber as coisas e os outros. Esta focalização nas relações pessoais, devido o individualismo, leva a uma diminuição da família. Citando Durkheim, Singly evidencia que:

Para este autor, a focalização nas pessoas está associada a uma contradição da família. A “área central” da família moderna é composta do marido, mulher e filhos pequenos, cercada de áreas “secundárias”, os ascendentes e os descendentes. (F.S.p. 34).

Essa nova família tem menos componentes na área central, mas ganha mais componentes nas outras áreas, como é o caso das madrastas e padrastos de filhos com pais vivos e outros exemplos.

A família está longe de desaparecer, ou melhor, o desejo de família, esta é cada vez mais valorizada e cada vez mais difícil de constituir, assim como o casamento foi atingida pela dinâmica da mudança mais assumiu novas formas, tornou-se plástica, flexível, fazendo e refazendo seus limites com frequência, assim com já colocado por François de Singli. O que era desvio há duas décadas difundiu-se, institucionalizou-se e passou a viver com institucionalidades já existente. A marca da sociedade contemporânea, a heterogeneidade legitimou-se como um dominante cultural no campo do casamento e da família, essa instituição está cada vez mais passando por reformulações, mas não deixa de existir nas suas várias composições.

E o casamento para Durkheim? Para ele representa os laços conjugais, oposto as outras formas de relação familiar. É a idéia mais elaborada de autonomia maior do casal em relação à parentela.

1.2. As novas configurações matrimoniais: casando, descasando e recasando

“Quando a manutenção do casamento e da família passa a depender muito mais da satisfação emocional do que de determinantes econômicos, da sujeição individual ou da imposição moral, sua estabilidade torna-se mais frágil.” (JENI VAITSMAM)

O processo de modernização e urbanização da existência transforma muito os projetos de vida que enfraqueceram os códigos mais tradicionais e romperam a dicotomia entre os papéis públicos e privados segundo o gênero. O individualismo entre homens e mulheres provocou mudanças no casamento, como já colocado por outros autores. O indivíduo que antes era submetido pelas regras e normas do casamento e toda sua simbologia frente a sociedade e os valores tradicionais estão mais livres. De uma aliança livre, porém hierárquica, institucionalizando uma família marcada pela divisão sexual do trabalho, por isso mais estável e fixa, o casamento passa a ser uma aliança definida pelo igualitarismo e pela satisfação emocional, e conseqüentemente, mais instável e fluída, sujeita a mudanças oriundas de ambos os gêneros.

Na década de 70 do século XX, as separações cada vez mais freqüentemente ganharam a forma legal do divórcio. Na constituição de 1988, ficou dispensado o casamento civil para reconhecer a família. Ela se tornou cada vez mais raro, caindo de mais de 1 milhão em 1986 para 750 mil na década de 90. Separações e recasamentos embaralham relações e papéis. Entram em cena os namorados dos pais, seus filhos, mães que são chefes de família, pessoas que se tornam mães e avós na mesma época. Libertadas do vínculo procriação-casamento, as mulheres vêem a maternidade como expressão de realização pessoal, a frente de ter um companheiro.

A igualdade entre os sexos fez surgir a fragilidade estrutural do casamento moderno, pois os conflitos entre o individual e o coletivo conseguiram se mostrar. A diferenciação entre os papéis sexuais reprimia os princípios de liberdade sobre os quais o casamento se fundava, mas, ao mesmo tempo, era o que, em grande parte, mantinha a sua estabilidade, assim como a da família. A definição e aceitação de cada papel era o que dava estabilidade ao casamento e a família, a partir do momento que novos papéis surgem e isso incomoda alguma das partes a estrutura se fragiliza e surgem as discórdias. Com essa igualdade abalada os papéis se confundem, o homem não tem mais a autoridade plena na educação dos filhos que tinha na família tradicional.

Em meio a todas essas transformações François de Singly ressalta um fenômeno característico da contemporaneidade que é o individualismo ou a autonomia que vem aumentando a cada dia paulatinamente. Este individualismo que atinge toda a sociedade seja na economia ou nas relações penetrou nas relações familiares também, o indivíduo pensa cada vez mais em si mesmo e este sentimento afeta a relação entre os familiares, não existe mais em muitos domicílios a valorização de uma herança material e simbólica, agora a autonomia de cada pessoa leva cada um a ter um domínio de seu destino, as mulheres podem ter a escolha de ter seus filhos quando quiser (como já citado pelos dois anteriores estudiosos) através da contracepção e as leis a elas relacionadas dão todo o apoio.

Pesquisa Datafolha mostra que 61% dos brasileiros valorizam muito a família, mas 31% acham o mesmo do casamento, que vem se tornando mais raro, para a maioria das pessoas, o fundamento da vida em comum agora é o amor. A pesquisa chega a colocar que contém um paradoxo, ao afirmar que as pessoas preferem apenas ter uma família ao invés de ter que se casar para constituir uma família, parece até um pouco tradicional afirmar que isto é um paradoxo, como se fosse anormal ter família sem antes conceber um casamento.

A união conjugal deixou de ser vista como indissolúvel mesmo em países católicos como o Brasil. Esse questionamento surge com mais força do lado feminino, nas duas pesquisas de 1998 e 2007. Proporcionalmente menos mulheres (29%) valorizam o casamento. Só 56% delas disseram que seriam felizes num casamento como o dos pais, contra 73% no caso do sexo masculino.

Cada indivíduo busca sua autonomia pessoal e esta busca é o que da coerência as transformações da família, este sentimento, esta busca constante de melhorias pessoais leva a uma desvalorização dos elos de dependência em relação as instituições e as pessoa. O casamento é considerado por alguns como uma amarra aos papéis, por isso nos dias de hoje acontece muito as uniões livres, esta passa a ser uma forma mais flexível e interessante de lhe dar com outras pessoas.

Essa recusa ao casamento se faz mais presente entre as mulheres que já não querem mais se casar tanto como antigamente. Preservar a liberdade, não querer sofrer e já ter passado da idade são as principais causas que as mulheres dizem ter para rejeitar o casamento. Percebemos que o casamento perdeu importância no imaginário feminino mais rápido do que no masculino, apenas 59% das mulheres tem intenção de se casar, contra 81% dos homens na mesma situação. As razões levantadas pelas próprias mulheres para abandonar a idéia de casamento, são principalmente três: idade, não querer repetir uma experiência ruim e a preservação da própria liberdade. Embora a recusa ao casamento seja maior entre as mulheres, em geral os jovens querem sim casar, apenas 5% na faixa etária de 16 a 25 anos tem alguma resistência, o desejo continua, mas já para as pessoas com mais de 40 anos o casamento não é algo tão desejado. O casamento antes colocado em primeiro plano na vida da maioria das moças, hoje é sofre resistência e como podemos perceber estão pensando mais no individual do que no coletivo, são vários os argumentos para não querer casar, já para os homens este desejo é maior poderíamos citar algumas das possíveis razões para isto: o fato de hoje a mulher além de cuidar da casa ainda ajudar financeiramente nas despesas domésticas e ainda o fato de não ter mais tanta responsabilidade com os filhos o que está aos poucos sendo abarcado pelas mulheres também.

Vale salientar que estes novos valores dados a instituição do casamento é característica da fase que Singly chama de 2ª modernidade pós 1960, pois na primeira do século XIX até 1960 ele tinha um grande valor. Assim diz Singly:

É designado como família moderna 1 ou de “primeira modernidade” aquela que antecede os anos 60, quando a instituição do casamento é valorizada. Ela é centrada no grupo e os adultos estão a serviço da família e, principalmente, das crianças. A família “moderna 2” ou da “segunda modernidade” é a família atual que atribui maior peso no processo de individualização. Seu elemento central não é o grupo, mas

os elementos que o compõe: a família é um espaço privado a serviço de seus membros. A passagem da família “moderna 1” para a família “moderna 2” pode ser traduzida por uma intensificação do primeiro período, a focalização nas relações”. (p. 131).

A focalização nas relações leva o casamento para um segundo plano na vida de cada indivíduo, embora ainda seja um desejo de muitos ele não perdura por muito tempo se os indivíduos não estiverem satisfeitos com seus conjugues. E quais seriam os pré-requisitos ou principais pontos positivos de um marido ou de uma esposa?

Segundo a pesquisa Datafolha (2007), para a maioria dos brasileiros a fidelidade é qualidade mais desejável e fator mais importante para a felicidade de um casamento. Ser fiel essa é e qualidade mais desejável em um marido ou esposa deve ter. Indagados sobre a principal qualidade que uma esposa deve ter 21% citam a fidelidade. Quando se trata da principal qualidade de um marido, essa é a resposta de 25%, isso em 2007. Essas taxas, no entanto, são menores do que as verificadas em 1998, quando 27% se referiam à fidelidade como principal qualidade de uma esposa e 31% citavam a mesma característica quando pensavam em um marido ideal. Outros requisitos são apontados quanto à escolha das características de uma esposa ou marido: a que se refere à esposa, o percentual dos que dizem que ela deve ser sincera, não mentir, oscilou de 12% para 11% e o dos que citam como principal qualidade ela ser companheira, amiga, oscilou de 6% para 8%. Para 10%, ela deve respeitar o marido (eram 11% na pesquisa anterior).

É interessante perceber como as qualidades referentes a um bom marido e uma boa esposa estão mudando, antes o que era de mais relevância era uma mulher que soubesse tomar conta de sua casa, digo lavar, passar, cozinhar, cuidar dos filhos e quanto ao marido era essencial aquele que fosse o provedor da casa, ou seja, que sustentasse financeiramente a família e hoje o que as pesquisas podem nos dizer? Percebe-se que uma das maiores variações em relação à pesquisa de 1998 se deu na taxa dos que consideram cuidar bem da casa a principal qualidade que uma esposa deve ter: foi uma queda de 12 pontos percentuais, de 19% para 7%. Também caiu a taxa dos que dizem que a principal qualidade de uma esposa deve ser cuidar dos filhos, que passou de 11% para 5%. Quando se pensa na principal qualidade de um marido, a taxa dos que dizem que ele deve ser companheiro, amigo, passou de 6% para 10%. Também foram mais citadas, dessa vez, qualidades como amar a esposa (de 2% para 10%) e ser atencioso com ela (de 2% para 10%). Por outro lado, a taxa dos que dizem que a

principal qualidade de um marido deve ser sustentar a família caiu oito pontos percentuais, passando de 13% para 5% das menções. Entre outras características citadas, destacam-se, ainda: respeitar a esposa (13%), ser sincero, não mentir (12%), ser trabalhador (7%) e ser responsável (6%).

O que está acontecendo? Agora as qualidades que tem mais importância para um bom candidato ou candidata ao casamento não é mais aquelas relacionados acima uma boa dona-de-casa para os homens e um provedor para as mulheres, o que se quer hoje é mais um companheiro ou companheira, um amigo ou uma amiga, uma pessoa que respeite e que ame seu parceiro. Vemos aqui uma grande valorização dos sentimentos algo que antes não era de grande relevância, mas o indivíduo diante as situações que a realidade traz precisa de uma pessoa que o apoie sentimentalmente. Segundo Maria do Carmo os laços e relações numa situação que pode vir a terminar são diferentes dos que são de uma situação definitiva, o cuidado surge como uma relação importante para todos e com a possibilidade de mudanças dos protagonistas na composição da família faz o sentimento ser colocado como fator muito importante, o individualismo mais uma vez fala mais alto, estar com uma pessoa que não mostra interesse em ver o outro bem é uma questão de suma importância hoje.

A valorização da fidelidade aparece em outras duas perguntas feitas aos brasileiros. Apresentados a uma lista com seis itens, e indagados qual deles seria o fator mais importante para a felicidade de um casamento, em primeiro lugar, 38% apontam a fidelidade. Essa taxa era 15 pontos menor em 1998, quando 23% apontavam a fidelidade como fator mais importante. Assim, esse aspecto divide hoje a liderança com o amor, cuja taxa de menções caiu de 41% para 35% nos nove anos. Talvez por estar sendo cada vez mais difícil encontrar parceiros fiéis a fidelidade esteja ganhando cada vez mais importância num relacionamento.

Dentre os motivos mais citados pelos entrevistados da pesquisa Datafolha os fatores que seriam negativos para um casamento a infidelidade, ou traição, é apontada por 53% como o fator mais prejudicial para um casamento, em primeiro lugar, superando por larga vantagem a falta de amor (15%). Os ciúmes vêm em terceiro lugar, com 11% de menções. Os resultados para os demais itens listados na pesquisa são: incompatibilidade de gênios (5%), desemprego (4%), dificuldades financeiras, brigas com a família do companheiro (3% cada um), não ter filhos, um dos parceiros gastarem

demais e vida sexual insatisfatória (1%, cada). Mais uma vez a fidelidade, ela é a grande causadora de separações, a infidelidade hoje é o que menos é aceitado pelos com conjugues ao contrário das questões financeiras que como podemos perceber está bem longe de ser um fator decisivo para uma separação.

Muitas vezes as mulheres pensavam antes nos filhos para poder se separar, seria situação traumatizante para um filho hoje para a maioria, o bem dos filhos não justifica a manutenção de um casamento que já não funciona muito bem. Nesse caso, também, a fidelidade aparece como fator primordial. É interessante perceber que há duas respostas com relação a infidelidade, vejamos: se for uma traição passageira 65% diz que o casamento deve acabar, mas se for o caso de uma traição fixa, esse número aumenta para 84%, ou seja, há uma maior tolerância quando é uma traição eventual.

A aceitação ou não da infidelidade é vista de forma diferente entre homens e mulheres o percentual dos que discordam da afirmação de que a mulher pode até ter outros, mas o importante é que ela sempre volte pra casa, é de 90%, sendo que 84% discordam totalmente. Concordam com essa afirmação 9% (5% totalmente, 4%, em parte). Em relação aos homens, a tolerância é maior: 19% das mulheres concordam que um homem até pode ter outras. A maioria (79%) discorda da afirmação.

Uma questão interessante é que apesar da valorização da fidelidade no casamento, um quinto (21%) dos entrevistados admitem já ter sido infiéis em sua união atual. Entre os homens essa taxa sobe para 34%; entre as mulheres ela é de 8%. Quando indagados sobre a infidelidade do companheiro, 15% afirmam já ter sido traídos, percentual quase igual ao dos que não sabem responder ao questionamento (13%). Declaram que o companheiro não foi infiel 69%. Entre os homens, a taxa dos que dizem que já foram traídos é de 5%; entre as mulheres esse percentual é cinco vezes maior, chegando a 25%. A partir dos dados podemos perceber que os homens traem mais e que nas duas perguntas entendemos que a mulher é mais fiel.

Mas será? Este é um elemento questionável pois sabemos que na maioria das vezes as mulheres tem mais receio ou são mais cuidadosas com relação a esse assunto, dizer ser infiel diferentemente para os homens não é muito plausível, em meio a uma sociedade que ainda tem seus tabus com relação a sexualidade feminina, enquanto os homens dizem ser infiéis e de certa forma são cobrados pela sociedade para ter este

comportamento, as mulheres são fechadas e silenciosas na maioria dos casos. Por isso esta questão é interessante será que elas realmente responderam a verdade? E eles será que realmente foram infiéis? Outra questão interessante diz respeito ao fim do casamento por causa da infidelidade do parceiro, entre as mulheres 41% disseram ter se separado por causa da infidelidade do companheiro, já entre os homens apenas 17% disseram ter sido traídos pela companheira e por isso o casamento acabou. Numa sociedade machista é difícil para um homem assumir que acabou um casamento por que foi traído.

Enfim em meio a tantas discussões podemos perceber que assim como a família contemporânea vem se modificando a instituição casamento está passando por grandes transformações e o que é visível é o fato do número de separações terem aumentado tanto nos últimos anos, os motivos são os mais variados hoje não precisa haver uma traição para que um casamento tenha fim, ou a condição financeira estar ruim, só o fato do indivíduo não estar se sentindo bem com o parceiro emocionalmente é motivo para uma traição, não que estejamos menosprezando este motivo o fato é que antes isso era inconcebível e hoje é tido como uma das questões principais.

Sobre a separação Jeni Vaitsman fala nos seguintes motivos:

A separação resulta em que o parceiro não satisfaz mais, seja por que razões forem (...), em alguns casamentos, o nascimento dos filhos, fazendo com que as mulheres se privatizassem, levou a crise e separações. Em outros, parece não ter havido qualquer motivo objetivo para a separação. O afastamento mútuo, uma insatisfação difusa, também constituem, nesta geração psicologizada, que reivindica emoção no casamento e valoriza o crescimento pessoal, motivos para a separação. (p. 136).

Uma questão interessante que ela traz é que realmente cada vez mais o casamento é algo mais flexível, seja por qual motivo for a individualidade está sendo colocada em primeiro lugar. Não é necessário um motivo objetivo para a separação, pois se a relação não está mais satisfazendo emocionalmente, é inteiramente legítimo separar-se.

2

**EM CENA A TERCEIRA MULHER: DEPRECIADA, ENALTECIDA
OU INDETERMINADA?**

Nunca vi fazer tanta exigência
 Nem fazer o que você me faz
 Você não sabe o que é consciência
 Nem vê que eu sou um pobre rapaz
 Você só pensa em luxo e riqueza
 Tudo que você vê você quer
 Ai, meu Deus, que saudade da Amélia
 Aquilo sim é que era mulher

Às vezes passava fome ao meu lado
 E achava bonito não ter o que comer
 E quando me via contrariado
 Dizia: Meu filho, que se há de fazer

Amélia não tinha a menor vaidade
 Amélia é que era mulher de verdade
 Amélia não tinha a menor vaidade
 Amélia é que era mulher de verdade⁹

Uma das principais mudanças que percebemos na contemporaneidade é o lugar ou lugares que a mulher ocupa neste contexto de liberdade, igualdade entre os sexos e heterogeneidade. Ela conquista novos espaços e não é diferente no âmbito do casamento e da família assume vários papéis não só como mãe-esposa-dona-de-casa, hoje a mulher está não só no privado, mas também no público. Responsabiliza-se pela sua família e pela vida profissional, ela se coloca em várias atividades e na maioria das vezes consegue se sair bem. A figura da *mulher Amélia*, aquela que dedica todo seu tempo as tarefas domésticas, que não tem vaidade, que não cobra nada de seu marido está cada

⁹ *Ai Que Saudade da Amélia* (Ataulfo Alves/Mário Lago) foi gravada por Ataulfo no dia 27.11.41. Ele tinha oferecido a música em vão a vários cantores, inclusive a Orlando Silva. Como ninguém queria gravá-la, gravou-a ele mesmo na Odeon. Foi lançada no suplemento de janeiro de 1942.

vez mais difícil de encontrar, como vimos na letra da música, que nos passa a idéia de algumas mudanças sentidas principalmente no contexto da música pelos homens. Ela agora tenta conciliar casa-trabalho-família e é esse processo que iremos analisar.

Jeni Vaitsma nos relata que as mulheres nas grandes propriedades agrárias tinham diferentes papéis para a reprodução social da unidade doméstica: como escravas, encarregavam-se tanto de trabalhos na lavoura quanto das inúmeras atividades cotidianas das fazendas, como lavagem de roupa, cozinha, fabrico de sabão e vela, costura, cuidados com as crianças e velhos, etc.; como senhoras administravam o trabalho das escravas e muitas vezes, no caso de viuvez ou de incapacidade do marido, geriam os negócios da família. Como mulheres livres, mas pobres, na organização social formada por tropeiros, comerciantes, artesãos, agricultores de subsistência, aventureiros, mineradores, que existia fora das grandes propriedades, nas vilas, povoados, cidades, podiam ser vendedoras ambulantes de produtos artesãos feitos por elas mesmas, etc.

A partir da segunda metade do século XIX, a modernização provocou mudanças no modo de organização da vida social e de desenvolvimento familiar entre as elites citadinas, quando as atividades produtivas das mulheres foram se tornando invisíveis, já que figuravam como mães e esposas. O desenvolvimento da família conjugal moderna fundada no casamento por livre escolha ocorreu simultaneamente a uma reformulação dos papéis de homens e mulheres no casamento, estimulando novos modelos de comportamento masculino e feminino.

Lipovetsky¹⁰ coloca que a partir do século XIX, o comportamento feminino começa a modificar agora ao contrário do que ocorria no passado a continuidade do emprego feminino se impõe como a norma dominante e os casais em que os dois conjugues trabalham ultrapassam, em número, as famílias em que apenas o homem trabalha. Um novo momento histórico se estabelece nas sociedades democráticas: *o da mulher no trabalho*.

Nas sociedades pré-industriais, todos os membros da família se entregam as tarefas produtivas, ainda que diferenciadas segundo a idade e o sexo. A partir do século XIX, o processo de industrialização favoreceu a extensão do trabalho feminino

¹⁰ Gilles Lipovetsky. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*.

assalariado, este trabalho da mulher fora do lar foi acompanhado de discursos que denunciavam seus malefícios, os quais na maioria das vezes vindos daqueles que se prejudicavam pela saída da mulher do lar. O primeiro momento das sociedades democráticas foi acompanhado pela rejeição social do trabalho feminino, construíram-se em torno da disjunção estrutural entre homem produtivo e mulher casa, público e privado. Percebe-se que prevalece a idéia de que há contradição entre feminilidade e trabalho, maternidade e assalariamento, são esferas que para muitos não se combinavam ou era impossível que estas junções pudessem dar certo.

Até o século XVIII, as maneiras de morar dos populares mobilizavam poucas horas de trabalho doméstico, eram realizadas tarefas no campo, na agricultura, no artesanato, enfim fora de casa também. Mesmo consagrada as tarefas domésticas, a mulher não propriamente falando, “mulher do lar”, ou em outras palavras, monopolizada exclusivamente pelos encargos da casa e dos filhos.

O modelo normativo da mulher de interior foi construído no século XIX, surge uma nova cultura que coloca num pedestal as tarefas femininas outrora relegadas à sombra, idealiza-se a esposa-mãe-dona-de-casa que dedica sua vida aos filhos e a felicidade da família. Com a doutrina das esferas separadas, trabalho e família se encontram radicalmente desunidos; o homem é destinado à esfera profissional, a mulher ao lar e a preservação de um lar-doce-lar. No período entre duas guerras, o estereótipo da mãe no lar é quase incontestado, exaltados nos periódicos, nos romances, nos manuais escolares, nos discursos oficiais, os anos 50 serão o último momento e o retardo desse ciclo.

No momento em que a industrialização nascente cria a operária da família, o trabalho assalariado feminino provoca tempestades de protestos em nome da moralidade, da estabilidade dos casais, da saúde das mulheres, da boa educação dos filhos. Foi através de uma retórica moralizadora e sacrificial que se organizou a consagração do anjo do lar. Identificada ao altruísmo e à comunidade familiar, a mulher não é do domínio da ordem contratualista da sociedade, mas da ordem natural da família, ela tem que seguir o que é natural e correto, cuidar de seu lar, filhos e marido. Apesar de tudo o modelo da mulher do lar não se apoiou exclusivamente em uma ideologia moralizante. No momento entre as duas guerras foi elaborado uma nova imagem da mulher de interior, menos marcada pelo espírito de devotamento do que pela

sedução, pela felicidade consumista, pela emancipação em relação aos costumes tradicionais.

Segundo Lipovetsky a moral da poupança e da renúncia de si foi substituída pelos apelos ao consumo, as promessas radiosas da mercadoria, a magia das novidades, trazidas pela modernização. Instala-se um novo ciclo que estrutura a simbiose entre mulher no lar e consumo: as boas decisões de compra, a economia de tempo e de trabalho, o desenvolvimento do filho por meio dos produtos de consumo, a sedução física aparecem como novos imperativos da esposa-mãe moderna. Essa promoção da mulher consumidora é de importância capital; representa mais que um novo modelo de vida feminino, é também, como veremos mais adiante, o que contribuiu para a superação histórica do ideal da mulher no lar.

Se de um lado, a mulher no lar perpetua uma tradição multimilenar; do outro, encarna um dispositivo moderno através de normas sociais dicotômicas, claras e simples, enraizadas nas exigências da “razão” e da natureza. Quanto mais as mulheres foram destinadas ao universo doméstico, mais foram *arrancadas* aos condicionamentos ancestrais abertas a normas ditadas pelo corpo médico; quanto mais o papel natural da maternidade foi glorificado, mais o *instinto materno* foi enquadrado e disciplinado pelas diretivas dos organismos médicos e científicos.

Se for preciso pensar esse dispositivo histórico como uma invenção moderna, é ainda por ele ter sido acompanhado de um processo excepcional de idealização e de valorização social da função de mãe. Sem dúvida a fecundidade escapa ao processo de desvalorização, é apenas a partir da metade do século XVIII que se opera uma ruptura, tornando-se a maternidade pela primeira vez, objeto de exaltação. O século XIX intensifica e sistematiza essa nova condição de mãe: surgem os primeiros poemas dedicados ao amor materno, são incontestáveis os quadros que apresentam mães amamentando e o valor que é dado a esse gesto.

Os primeiros momentos da modernidade democrática não apenas puseram sobre um pedestal o amor materno, como procuraram dignificar as atividades *modestas* que são as tarefas domésticas. O trabalho doméstico, ganha um reconhecimento social inédito como agente de moralização da família e da nação. A ideologia moderna se

esforçou para promover o trabalho do lar, dignificar uma ocupação considerada tradicionalmente inferior, glorificar *o anjo doméstico*.

As democracias pós-modernas escrevem um novo capítulo da história das mulheres, o da *pós-mulher do lar*. Em um clima de contestação generalizada a divisão não igualitária dos papéis sexuais e a destinação das mulheres às tarefas domésticas são violentamente fustigadas. São vários os movimentos desta época contra o estereótipo da mãe-dona-de-casa.

Nesse impulso, a opinião pública evoluiu maciçamente no sentido da aprovação do trabalho profissional da mulher. É uma recusa de uma identidade constituída exclusivamente pelas funções de mãe e de esposa que caracteriza a condição feminina pós-moderna. O trabalho feminino não aparece mais como último recurso, mas como uma exigência individual e identitária, uma condição para realizar-se na existência, um meio de auto-afirmação. Por toda parte se manifesta a vontade feminina de afirmar-se como protagonista de sua própria vida.

Segundo Lipovetsky a pós-mulher no lar significa muito mais que uma nova fase na história da vida doméstica e econômica das mulheres. O que se manifesta concretiza-se, mais profundamente, uma ruptura histórica na maneira pela qual é constituída a identidade feminina, bem como as relações entre os sexos. O momento da *primeira mulher* ou a *mulher depreciada* é caracterizado pela exaltação viril, exclusão das mulheres das esferas prestigiosas, inferiorizadas do feminino, assimilação do sexo e á desordem: a lei mais geral das sociedades compõe na longuíssima duração da história a dominância social, política e simbólica dos machos. Isso não significa que as mulheres não tenham poder real e simbólico, pois nas sociedades primitivas elas detinham direitos e deveres na vida doméstica e na propriedade e nas sociedades camponesas a responsabilidades pelas despesas da casa. Mas se as mulheres exercem certo número de poderes, não assumem em parte alguma os cargos mais elevados, as funções políticas, militares e sacerdotais capazes de proporcionar o mais alto reconhecimento social.

No século XVIII e XIX sacraliza-se a mãe-educadora, assinala Lipovetsky onde o poder do feminino permanece confinado apenas aos campos do imaginário, dos discursos e da vida doméstica. Depois do poder maldito do feminino, edificou-se o modelo da *segunda mulher* a mulher enaltecida, idolatrada, na qual as feministas

reconhecerão uma última forma de dominação masculina. Por que acontecem várias mudanças no comportamento feminino a desvalorização do ideal da mulher no lar, legitimação dos estudos e do trabalho feminino, direito de voto, *descasamento*, liberdade sexual, controle da procriação todas essas são características da *terceira mulher* ou a mulher indeterminada.

Até nossos dias a existência feminina sempre se ordenou em função de caminhos sociais naturalmente *pré-traçados*: casar, ter filhos, exercer as tarefas domésticas. Essa época termina sob nossos olhos: com a *pós-mulher no lar*, o destino feminino entrou pela primeira vez em uma era de imprevisibilidade ou de abertura estrutural.

Tanto a primeira como a segunda estavam subordinadas ao homem; a terceira mulher é sujeita de si mesma. A segunda era criação ideal dos homens a terceira mulher é uma auto-criação feminina. O que se propaga não é a semelhança dos papéis sexuais, mas a não diretividade dos modelos sociais, e correlativamente, o poder de indeterminação subjetiva dos dois conjugues.

O comportamento do sexo feminino vem se transformando paulatinamente com o decorrer de modernização da sociedade, todos os conceitos ligados a contemporaneidade vem sendo incorporado cada vez mais pelas mulheres. Conceitos como heterogeneidade, individualismo, liberdade, igualdade entre os sexos todos esses são passos que as mulheres vêm conquistando a cada momento. Uma esfera a qual percebemos uma mudança radical no comportamento delas é a família, o papel de dona-de-casa apenas já não designa o papel de muitas mulheres. Agora estamos numa época em que elas assumem vários papéis frente à família e a sociedade.

Com o aburguesamento das elites citadinas, seu modo de relacionamento familiar começou a modificar-se, mediante a difusão de normas, já consagradas na Europa, de disciplina médico-higiênica. A partir de então, o discurso médico passou a exigir a superação da separação entre sexo e amor, corrente entre as práticas das famílias patriarcais das elites rurais, e a integração desses dois elementos, agora dentro do casamento. A sexualidade e o amor entre homem e mulher no casamento transformaram-se em normas de saúde.

Quanto a participação das mulheres no início da sociedade industrial, numa situação em que a mão-de-obra era escassa e predominantemente escrava e numa época em que o tráfico de escravos estava sendo progressivamente restringido, as manufaturas e indústrias nascentes começaram a utilizar de modo intensivo a força de trabalho feminina, muitas vezes através da produção doméstica. A industrialização provocou uma queda da participação feminina na força de trabalho, com a substituição do trabalho feminino pelo masculino, alterando alguns elementos da divisão social e sexual do trabalho numa ordem social e econômica que dava seus primeiros passos em direção a modernização. Estas modificações, pelo menos durante algumas décadas, acarretaram num processo de privatização da mulher no mundo da família nos centros que se urbanizavam e industrializavam. Ao ser privatizado na família o trabalho doméstico não-remunerado da dona-de-casa tornou-se invisível. As mulheres muitas vezes eram classificadas como fisicamente frágeis e, por isso naturalmente delicadas, submissas e afetivas, e os homens como fisicamente fortes, e, portanto dominantes, vigorosos e intelectuais.

Com o crescimento urbano, comercial e industrial, desenvolvia-se uma classe média constituída de profissionais liberais, pequenos comerciantes, industriais e funcionários públicos. Nas cidades maiores o mercado de trabalho se expandiu e nele a participação das mulheres, que também iam elevando seu nível de instrução.

A participação das mulheres na educação e em atividades remuneradas fora de casa, fosse como operária, fosse como profissionais de nível médio e superior, aparecia como um primeiro desafio a um sistema de hierarquia sexual que de fato seria transformado, a medida que se deixasse tocar pelos conflitos entre igualdade e hierarquia trazidos pelos ares da modernização. A industrialização iniciar-se-ia com a participação feminina, logo substituída pela presença masculina. O Estado criou leis que facilitariam o trabalho feminino, a legislação promulgada que torna obrigatória a licença pós-parto e as creches em locais de trabalho, mas isso só fez elevar a divisão sexual do trabalho na família e na sociedade.

A sociedade industrial moderna constitui-se entre outras coisas, pela separação do público e privado e pela doutrina das escolhas separadas e naturezas sexuais desiguais, expressas na ideologia, nas políticas e na legislação. Contudo, a própria modernização, ao estimular valores universalistas, igualitários, empurrou as mulheres

para o mundo público e solapou os pilares da estratificação de gênero e do indivíduo patriarcal. Os valores patriarcais legitimavam as normas para a regulação dos papéis da família ideal e oficial da sociedade burguesa e moderna em que o Brasil lutava para se transformar.

Após a década de 60 com a modernização aprofundada, até o final da década de 70, embora com alguns fluxos a economia continuasse crescendo e a mulher cada vez ganhando mais espaço seja nos serviços domésticos fora de casa ou em outras atividades comerciais, culturais e outras. Segundo F.S nos anos 50-70, a divisão do trabalho no seio da família, a fórmula “o homem é a cabeça e a mulher, o coração” foi substituída por “o casal é a cabeça, os braços e o coração são a mulher”. Se o marido perdeu a supremacia, é porque ela contraria as exigências modernas

Um passo importante para elas foi o papel da educação, na maioria das vezes sempre incentivadas ou mesmo obrigadas a seguir por desejo dos pais, pois esta era a carreira que elas deveriam seguir. O curso normal, o qual até então era caracterizado apenas pela presença feminina, era o mais indicado para as mulheres que assumiriam também as tarefas domésticas visto que esta profissão só lhe tomaria meio expediente.

E para os dois sexos a entrada no mundo universitário durante o final dos anos 60, quando estavam em alta, movimentos contra o autoritarismo foram elementos decisivos para as mudanças na construção da identidade feminina e masculina, afetando os comportamentos afetivo-sexuais.

2.1. Mulher, trabalho e família na contemporaneidade

O lugar contemporâneo das mulheres no mundo do trabalho e da família ilustra bem a figura da terceira mulher colocada por Lipovetsky, como misto de avanço igualitário e de continuidade não igualitária. Percebemos que a mulher brasileira, embora tenha tido várias conquistas, e seja majoritariamente ativa, sua preponderância na esfera doméstica continua grande.

Hoje em dia as mulheres ocupam vários cargos em várias profissões, e amplia sua importância na vida da família. Com todas as transformações na estrutura e na

aparência da família brasileira, apenas um membro garantiu – e mesmo ampliou sua importância na ordem familiar: a mãe. São raros os casos de famílias em que a figura da mãe está ausente.

A mãe conjuga afeto e autoridade. É quem conversa ou bate nos filhos, conforme as necessidades. Cuida da casa e é também provedora. Em resumo ela joga em todas as posições. Essas são conclusões da pesquisa Datafolha (1998). Além de mostrar todos os papéis desempenhados pela figura materna, o levantamento comprova que a maioria da população reconhece sua importância. Para 74% dos brasileiros com 16 anos ou mais de idade, a mãe é considerada “muito importante”, percentual superior ao de qualquer outro membro da família 74%, contra 66% dos pais, 48% dos irmãos, 47% das irmãs, 39% avós e avôs, 28% tios e tias e 22% primos e primas. (2007), pensando na vida como um todo, 91% avaliam a relação com a sua mãe como ótima ou boa. E em relação ao pai é de 76%. Embora a mulher esteja empenhada na sua vida profissional e divida seu tempo com várias atividades o seu papel de mãe ainda é realizado muito bem e a importância dada a ela é enorme, como podemos perceber a importância dada ao pai é menor do que a que a dada a mãe e aos outros membros da família, ela ainda está em primeiro lugar na composição familiar com relação a sua importância.

Da religião a dinheiro, de doença ao noticiário dos jornais, de sexo a novela, o maior interlocutor familiar para qualquer desses temas é a mãe. Talvez por isso, é com a mãe que se tem o relacionamento ótimo ou bom: 90% dos entrevistados qualificaram assim sua relação com a mãe. A pesquisa (1998) mostra também que a mãe ficou mais forte, além de cuidar da educação dos filhos e das tarefas domésticas, a mulher ampliou sua importância relativa dentro da família ao aumentar sua participação na renda da casa. Com isso percebemos um aumento das responsabilidades da mulher. Sem falar no trabalho doméstico que por intermédio do casamento torna-se um trabalho gratuito que é extorquido de uma categoria da população, as mulheres esposas. Este trabalho é gratuito porque não atribui salário, mas somente a manutenção. O não valor deste trabalho está inscrito tradicionalmente no contrato de casamento, um tratado no qual o marido em alguns casos, pensam que é obrigação das esposas efetivarem.

A introdução do trabalho assalariado modifica paradoxalmente essa relação de produção doméstica. A situação da mulher não parece melhorar em curto prazo, mas ela

foi profundamente modificada porque as autoriza, eventualmente, a romper com o conjugue e pagando um preço menor do que as mulheres donas-de-casa, que dependem de deles. Esta abertura para o mercado dá às mulheres a possibilidade de viver com alguém por motivos emocionais, não mais por questões financeiras ou porque depende de seu companheiro, mas colocar numa balança e medir pontos positivos e negativos da relação.

A autonomia feminina é uma característica fortíssima que levam as mulheres a tomarem essas decisões, F.S ainda nos traz a separação entre duas autonomias femininas, as mulheres igualitárias, que lutam para que sua área seja preservada que os territórios codificados classicamente como femininos se tornem conjugais. É a autonomia pelo engajamento assalariado, é uma conquista pelo desengajamento. E a autonomia pelo desenvolvimento e pela superioridade cultural, neste outro extremo o grupo das donas de casa não é homogêneo; algumas fazem e decidem. As primeiras têm o poder de decisão que corresponde a sua área de trabalho doméstico. Essas donas-de-casa autônomas contrariamente as donas-de-casa dominadas, dispõe de um capital escolar pelo menos igual ao do marido, estas querem governar a casa e obter efetivamente o título de donas-de-casa de sua própria casa, no sentido em que reivindicam o poder neste espaço. As mulheres igualitárias recusam-se a tomar o poder doméstico e preferem abater da sua conta as despesas do funcionamento da casa. Elas buscam fugir da lógica das relações sociais de sexo que impõe as mulheres um modo indireto de reconhecimento.

O homem, casado ou não pode valorizar e dispor do seu capital diretamente no mercado de trabalho; a mulher casada, para obter um rendimento equivalente, necessita da contribuição exclusiva ou complementar do marido. Algumas mulheres aceitam sustentar a trajetória ascendente de seu companheiro. A ambigüidade conjugal se revela no momento de uma eventual separação; o sucesso do homem estará garantido e o da mulher desaparecerá.

Mesmo quando a mulher tem uma atividade assalariada ela investe menos na sua vida profissional do que o homem, dada a atribuição do trabalho doméstico às mulheres. O homem continua a ser mesmo na maioria dos casais quem tem uma dupla atividade profissional, o principal provedor financeiro, o maior responsável estatuto social da família. Essa vida tem por resultado promover um sub-investimento profissional da

mulher e um super-investimento profissional do homem além de atribuir um sentido diferente ao trabalho assalariado da mulher e do homem.

Enquanto a figura do pai como a autoridade masculina assentava sua legitimidade na condição de provedor de família, segundo Geraldo Romaneli, no saber adquirido que permitia articular passado e presente, projetando-se no futuro; nas posições hierárquicas de marido e pai e no caráter institucional de representante da unidade doméstica, essa autoridade era vista como algo natural. Mas atualmente tal autoridade não é mais absoluta e total, já que essa pode ser questionada, criticada e mesmo, em alguns casos, negada e rejeitada, com muito mais vigor do que foi no passado. A hierarquia existente na família tende a ser substituída, gradativamente por vínculos de relativa igualdade entre marido e esposa, o que mina substancialmente a autoridade do marido e pai.

O pai neste contexto e segundo a pesquisa Datafolha (1998) mostra que 66% das pessoas consideram-no hoje “muito importante”, contra 76% que atribuem esse conceito a mãe. O aumento da importância da mãe implicou numa diminuição da participação do pai nas relações familiares. A função tradicional do pai era a de provedor. Na medida em que a função paterna é também exercida pela mãe, ele realmente perde lugar. A pesquisa ainda mostra que na maioria das vezes as mães são mais solicitadas que os pais, quando os filhos precisam conversar com alguém, recorrem menos ao pai do que a mãe. Apenas 6% dos entrevistados, por exemplo, falam sobre sexo com o pai. Mesmo se assunto é dinheiro, apenas 18% o procuram para conversar.

A reportagem coloca como causa da fragilidade ética que encontramos nos jovens de hoje a atual “confusão” em torno dos papéis do homem e da mulher na família e que isso atravessa todos os espaços sociais, a família tal como é hoje é colocada como responsável pelos maus comportamentos das crianças e dos adolescentes é como se essa família estivesse desestruturalizada e o fator principal a descentralidade do papel do pai e da mãe.

Enquanto o pai vai perdendo um pouco das suas funções dentro da família a mãe está sendo cada vez mais cobrada e com isso o pai ganha, pois agora não sustenta mais sozinho a família, e a responsabilidade com os filhos está agora dividida com a mulher. A mãe na visão dos brasileiros deve ser sempre mais perfeita do que o pai. Os

mesmos pecados são considerados mais graves se cometidos pela mãe. Um exemplo diz respeito à fidelidade: só 49% das filhas acham que o pai trair a mãe é uma falta grave, enquanto 74% delas dizem que a mãe estaria fazendo algo muito errado se traísse o pai com outro homem. E essas cobranças são presentes ainda em outros assuntos como é o caso de tabus, como furtar fora de casa ou beber todos os dias. A figura da mãe na maioria dos casos está ligada a uma imagem pura e respeitosa para muitos filhos não são vistas como mulheres que tem seus desejos e anseios, mas sim a mãe perfeita.

A luta da mulher contra os tabus que as envolvem é enorme isso se mostra com relação ao trabalho fora de casa a maioria dos brasileiros prefere que, as mulheres não trabalhem fora de casa. Para 70% deles com 16 anos ou mais, é melhor que a mulher não trabalhe fora quando o homem ganha bem; apenas 37% acham que quando o marido ganha bem a mulher também deveria trabalhar. Já com relação às opiniões de pessoas entrevistadas no universo universitário, 56% apóiam que a mulher trabalhe fora de casa.

Porém entre os que não estudaram além do primeiro grau, entretanto no qual está a maioria dos brasileiros, 76% gostaria que a mulher ficasse restrita ao trabalho doméstico. A imagem da mulher ainda está muito relacionada ao privado, ao doméstico.

As conquistas femininas no mercado de trabalho ainda são limitadas: segundo 83% dos homens e 74% das mulheres, o marido é quem tem o maior rendimento dentro de casa. A diferença nas respostas indica outro preconceito: parte dos homens parece ter vergonha de admitir que ganha menos do que a mulher. Mais do que eles, as mulheres acham que o fato de um conjugue ganhar mais do que o outro atrapalha o relacionamento. E não é só nesta questão de renda superior que o homem que existe este preconceito, as mulheres que trabalham tendem a ser vistas como competidoras. Que disputam a mesma vaga da força de trabalho masculina, os homens não se sentem bem ao saber que tem uma mulher realizando o mesmo trabalho que o seu, algumas atividades que antes eram únicas e exclusivas deles, atualmente a maioria são realizadas por mulheres também.

O lugar contemporâneo das mulheres no mundo do trabalho e da família ilustra exemplarmente a figura da terceira mulher como misto de avanço igualitário e de continuidade não igualitária, as mulheres são majoritariamente ativas, mas sua

preponderância na esfera doméstica continua gritante. Com relação ao trabalho assalariado feminino, mesmo nos grupos menos apegados ao modelo da mulher no lar, ele é julgado raramente tão importante quanto a do marido.

Evidentemente a diferença social entre os dois conjugue se estreitou agora a atividade profissional feminina é socialmente reconhecida e faz parte da identidade feminina. Mas nem por isso o trabalho feminino, é ainda em nossos dias considerado igual ao do homem. O assalariamento maciço das mulheres, a abertura das carreiras aos dois sexos e o desmoronamento do ideal da mulher do lar não impede de modo algum que seja mantida, no que se refere aos homens e mulheres, uma diferença estrutural na articulação profissional vida familiar.

O que podemos perceber é que o pólo doméstico continua a ser prioridade mais marcada pelo feminino que no masculino; o pólo profissional, uma prioridade mais masculina do que feminina. Embora as mudanças sejam evidentes, pois fogem ao que é considerado “normal” o principal papel da mulher é ainda ligado ao privado ao doméstico.

Mas não podemos negar o grande impacto das mudanças no comportamento feminino na estrutura da família. O recuo da família patriarcal começou sua trajetória no próprio interior do modelo que afirma o homem como único e provedor do lar. O ideal igualitário, o descrédito dos comportamentos machistas e a emancipação econômica da mulher tende a construir um novo modelo marcado pela autonomia feminina e pela participação dos dois conjugue nas decisões mais importantes. Com a época da terceira mulher, aparece a um só tempo o casal igualitário-participativo e o cada-um-por-si, o individualismo administrativo entre os próprios conjugues. Reforça-se a cada tempo a idéia de que cada um deve contribuir com as tarefas domésticas, ainda que seja segundo suas inclinações e sua disponibilidade. Nas épocas anteriores as normas de distribuição das tarefas do casal eram recebidas da tradição, no presente são objeto de debates e negociações entre o homem e a mulher, ainda que lavar e passar a roupa, costurar, limpar os banheiros sejam tarefas de responsabilidade quase exclusiva das mulheres. A dinâmica igualitária consegue desqualificar a associação do homem com a autoridade de pai e provedor da casa como vimos, mas não chegou a arruinar a associação das mulheres com as responsabilidades domésticas é o que percebemos na maioria dos casos.

A atividade assalariada das mulheres não deixou de ter efeito sobre o trabalho doméstico que elas assumem, as mulheres ativas consagram menos tempo aos trabalhos domésticos a aos filhos do que as que ficam em casa. Para as mulheres ser esposa e mãe tem um custo profissional. As interrupções profissionais devidas a maternidade, o tempo consagrado aos filhos e as tarefas domésticas, prejudicam as mulheres em sua progressão na carreira. Enquanto as mulheres estiverem destinadas prioritariamente às responsabilidades familiares, a probabilidade de que advenha uma paridade entre homem e mulher nas instâncias dirigentes das grandes organizações econômicas é pequena.

A liderança das mulheres é acompanhada de conflitos e de culpa em relação as funções de mãe. A própria mulher se sente fugindo ou abandonando seu “verdadeiro” papel, quando passa a investir e no estudo e no profissional, sente-se como se estivesse deixando de lado seus filhos e sua casa e esse sentimento na maioria das vezes de culpa e de análise fala mais alto e elas acabam deixando para um segundo plano seus desejos ou a carreira profissional. Embora atualmente muitas mulheres conquistem o mercado de trabalho como vemos nas várias pesquisas, muitas vêm isso como algo inalcançável.

Se de agora em diante as mulheres fazem um enorme investimento profissional, sua vontade de ajustar o familiar ao profissional parece uma tendência de fundo que pesa mais do que a obsessão pela carreira e pelo poder, enquanto os homens colocam sempre em primeiro lugar sua carreira, as mulheres ao deixar sua vida profissional de lado e viver sustentada pelo companheiro, não pensam na possibilidade de um dia se verem sozinhas sem o seu provedor. O homem por sua vez bem estruturalizado segue seu caminho sem maiores problemas, já a mulher que dedicou toda sua vida aos trabalhos domésticos fica sem rumo e as vezes até ficam com seus maridos mesmo numa situação difícil por causa de seu dinheiro.

Nesse grande conflito no qual as mulheres estão inseridas algumas de suas atitudes contraria essa vontade de conquistas uma questão que nos chama muita atenção é o modo diferenciado de criar os filhos e filhas, para o filho carros, não ajudar a mãe nas tarefas de casa; para as filhas bonecas, cozinhas de brinquedo, panelinhas e outros que remetem as tarefas realizadas pela mãe. Discutir e tentar mudar tem que começar logo cedo no psicológico de cada criança, inserir neles desde novinhos esses vários valores que acabamos de trabalhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a família, o casamento e os papéis que a mulher assume num contexto contemporâneo é interessante por que percebemos o quanto essas esferas sofreram modificações desde o século XIX, de início com as grandes mudanças que a industrialização trouxe, junto as várias mudanças ocorridas no comportamento dos indivíduos que acabou por atingir uma das instituições mais sólidas que é a família.

A família como podemos perceber deixa aos poucos de ser uma esfera privada relegada apenas ao interior do lar, agora ela passa a ser pública e objeto de estudo e interferência dos órgãos públicos. Hoje vivemos uma época em que o Estado cria várias normas para nos monitorar e ter conhecimento de vários aspectos de nossa vida, como exemplo: leis para defesa das crianças e dos adolescentes, proteção as mulheres, divórcio, teste de DNA e outras medidas que tornam nossas vidas algo público.

A família mudou e está cada vez mais se modificando, como podemos perceber nas várias pesquisas inclusive a aqui citada, mães solteiras, filhos com avós, pais com seus filhos enfim uma imensa gama de novos modelos de família, a qual vale salientar não está se acabando ou entrando em declínio, mas pelo contrário cada vez mais ganha importância tanto por homens como por mulheres, seja ela advinda de uma união conjugal ou não.

O casamento perde um pouco de importância no imaginário feminino e masculino, sendo um pouco mais rejeitado pelas mulheres que como podemos perceber tem vários motivos para não querer. As relações ficam cada vez mais individualistas e fica difícil um relacionamento satisfazer as duas partes de um casamento, pois cada um tem suas necessidades e prerrogativas para ter uma vida feliz. Ter um relacionamento feliz está cada vez mais difícil, pois cada indivíduo busca por sua própria satisfação seja ela no trabalho, com os filhos, econômica e outras.

Uma das mudanças que de certa forma mais influenciou na estrutura da família e na transformação do casamento, foi a presença da mulher no trabalho assalariado e fora de seu lar. Antes a mulher estava fixada apenas no seu lar, as tarefas domésticas e a

cuidar de seus filhos, a partir do momento que ela deixa um pouco essas esferas de lado tudo começa a mudar.

A mulher se divide entre casa, filho, marido, profissão e estudo se desdobram para dar conta de tanta coisa e acaba cobrindo a função que antes era apenas e exclusiva do homem, que é de provedor e o que coloca moral na casa e nos filhos. Vale salientar que isto não ocorre em todas as famílias, mas é um dado que vem aumentando gradativamente na sociedade.

Assim entender as mudanças que acontece com a família, casamento não seria possível sem passar por este assunto que são os vários papéis que a mulher contemporânea assume a *terceira mulher* de Lipovetsk é vista cada vez mais enquanto a *Amélia* aos poucos vai deixando de existir. O casamento que antes era algo arrumado e sem amor hoje tem como principal pré-quesito o amor e para continuar o respeito à individualidade de cada um. E a família cada vez mais complexa e mais valorizada por aqueles que já a tem e pelos que almejam tê-la, mesmo que não seja através de um casamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BILAC, Elisabeth Dória. **Família: algumas inquietações**. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.) *A família contemporânea em debate*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.) **A família contemporânea em debate**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- CORRÊA, Mariza. **Repensando a família patriarcal brasileira**. In: *Colcha de Retalhos*. São Paulo: Unicamp, 1994.
- GENOFRE, Roberto Maurício. **Família: uma leitura jurídica**. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.) *A família contemporânea em debate*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Especial Família**. Pesquisa Data Folha. 20 de setembro de 1998.
- _____. **Família**. Pesquisa Data Folha. 07 de outubro de 2007.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira Mulher: permanências e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MOTA, Alda Brito da Caderno. (coord.). **CRH, Dossiê: Gênero e família**. EDUFBA Editora, julho/dezembro 1998, nº29.
- RODINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- ROMANELI, Geraldo. **Autoridade e poder na família**. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.) *A família contemporânea em debate*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SARTI, Cyntia A. **Família e individualidade: um problema moderno.** In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.) *A família contemporânea em debate.* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Família, laços e políticas públicas.** In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.) *A família contemporânea em debate.* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SINGLY, François de. **Sociologia da Família Contemporânea.** 1. ed. Editora FGV, 2007.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas?** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.